

2 TODOS SOMOS O PATINHO FEIO

Tratando-se de seres sociais, a questão da identidade é de importância vital. Diferentes épocas e culturas seguem buscando suas próprias respostas para esse tema, e podemos abordá-lo de inúmeras maneiras.

A personagem do excluído, que se distingue dos demais do grupo e passa por um percurso ou por uma transformação até encontrar seu lugar social está presente em diferentes narrativas e mitos. Isto nos leva a concluir que o pertencimento é uma das questões básicas da humanidade. Segundo a perspectiva do filósofo Paul Ricoeur, no livro *O percurso do reconhecimento*, 2004, narrar-se é uma forma de reconhecimento e de identificação essencial para qualquer sociedade, não é por acaso que as narrativas sobre pertencimento e inclusão se multiplicam.

É através desse reconhecimento do outro que vamos nos reconhecer a nós mesmos. É esse reconhecimento próprio, de cada um e do outro, que torna a vida social possível. A busca pela identidade pessoal não se distancia muito de uma busca pelo pertencimento em um grupo. É um percurso do reconhecimento que, mal trabalhado, pode ser responsável por uma série de neuroses e diversos dos problemas sociais que vivemos hoje.

Passando também por questões como autoestima, dignidade e aceitação, não há dúvida que o tema é de extrema importância, principalmente, quando pensamos em uma fase de crescimento e formação como é a infância. O herói da nossa história, essa personagem diferente, é esse que, partindo da *não aceitação* se aventura em uma busca para encontrar o seu lugar no mundo.

2.1. Da identidade ao reconhecimento

Os símbolos e representações culturais que nos constituem são a maneira como construímos e comunicamos nossa identidade, a forma como identificamos o “eu” que é diferente do “outro”. Sendo uma construção relacional, a diferença é uma condição para que a identidade se afirme.

Os sistemas de representação são, portanto, classificatórios. Como podemos, então, pensar em uma sociedade igualitária, quando nossa identidade é baseada na diferença? O olhar sociológico, trabalhado no livro organizado por Tomaz Tadeu da Silva, *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, 2000, nos ajuda nesse questionamento. Autora de um dos artigos presentes no livro, Kathryn Woodward, sintonizada ao pensamento de Émile Durkheim, diz em seu artigo, *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*, que “é por meio da organização e ordenação das coisas de acordo com sistemas classificatórios que o significado é produzido. Os sistemas classificatórios dão ordem à vida social...” (SILVA, 2000, p.40). Classificamos grupos identificando diferenças, oposições entre o “eu” e o “outro”, o “certo” e o “errado” etc., e um conjunto de valores partilhados sobre como seguir com essa classificação asseguraria uma certa ordem social. Classificamos como forma de compreender, como maneira de decodificar, de dar sentido às representações.

A identidade é muitas vezes descrita através de suas representações e símbolos, ou seja, elementos que fazem parte do mundo. Assim, aquilo que consumimos, comemos, os lugares que frequentamos constituem também nossa identidade. É através dos significados que atribuímos a tais representações que damos sentido àquilo que somos, sublinha Woodward (SILVA, 2000).

Erving Goffman, em *A representação do eu na vida cotidiana*, 2009, faz uma analogia da vida social com o teatro, onde estaríamos constantemente representando um papel. O “eu”, nesse caso, seria relativo à situação que se apresenta a cada nova circunstância, e estamos jogando com esse papel para obter as impressões que desejamos. “Este ‘eu’ não se origina do seu possuidor, mas da cena inteira de sua ação, sendo gerado por aquele atributo dos acontecimentos locais que os torna capazes de serem interpretados pelos observadores” (GOFFMAN, 2009, p.231).

Nesse sentido, a identidade emerge do “efeito dramático” de determinada situação, e não de uma personalidade imutável (GOFFMAN, 2009, p.231). A pessoa veste seu papel de acordo com a “cena” que estaria representando, buscando, em geral, uma aprovação, ou aceitação da plateia da ocasião (GOFFMAN, 2009, p.45).

A cultura, e principalmente a mídia, produz discursos e representações nos quais os sujeitos projetam seus desejos. Não somos, novamente, nosso “eu”, histórico e essencialista, somos o que podemos nos tornar através das múltiplas narrativas que observamos no mundo. A identidade é, nesse sentido, plástica e móvel. As representações fornecem esse sistema simbólico que é determinante na formação de uma identidade individual.

A identidade é uma questão tanto simbólica quanto social, portanto. É a forma como nos colocamos socialmente no mundo e como comunicamos esse espaço para os outros. Apropriamo-nos das representações para dar sentido e comunicar nossa própria subjetividade. De certa forma, a identidade não seria senão a subjetividade feita em linguagem. Quando conseguimos *nos* dizer em linguagem, seja ela no código que for, estamos afirmando uma individualidade e nos reconhecendo enquanto sujeitos. A linguagem aqui aparece não como a interface que temos com o mundo, mas como a própria forma como o vivenciamos, uma vez que existimos dentro da linguagem.

A linguagem é um sistema de significação, fruto de uma cultura, e como tal, não é estável e muito menos fidedigna. Nunca chegamos ao real sem o intermédio da linguagem, do que decorre uma característica da linguagem apontada por filósofos pós-estruturalistas e recuperada no artigo de Silva, *A produção social da identidade e da diferença*, 2000. Ou seja, sua natureza é tal “que não podemos deixar de ter a ilusão de ver o signo como uma presença, isto é, de ver no signo a presença do referente (a ‘coisa’) ou do conceito” (SILVA, 2000, p.78).

Descartamos assim a ideia do sujeito moderno, único e essencial de Descartes, aquele ser que “pensa, logo existe”. Passamos a entendê-lo como um sujeito da linguagem, de sua cultura e de seus sistemas de representação, cujo pensamento será construído e filtrado por todas essas instâncias, além do próprio filtro de seu inconsciente.

A identidade é plástica, faz-se no tempo, no campo social, na forma como a narramos e nos identificamos, e finalmente, e essencialmente, em sua relação com o outro. “A questão da identidade tem assim uma dupla vertente, privada e pública. Uma história de vida se mistura à história de vida dos outros” (RICOEUR, 2004, p.118).

O “outro” aparece novamente como categoria essencial para o reconhecimento de si. É através dos olhos do outro que nos enxergamos e constantemente através dele colhemos impressões sobre nós mesmos. Como na conhecida peça de Jean Paul Sartre, *Entre Quatro Paredes*, escrita em 1944, somos em muitos sentidos carrascos uns dos outros: “Então, isto é que é o inferno? Nunca imaginei...Não se lembram? O enxofre, a fogueira, a grelha...Que brincadeira! Nada de grelha. O inferno...são os Outros” (SARTRE, 1977, p.98). Se por um lado é uma tortura, por outro só evidencia a necessidade de ter o outro para saber quem somos.

Porém, ao mesmo tempo em que construímos nossas identidades individuais a partir da alteridade, dificilmente superamos essa dissimetria, a diferença trazida pelo outro; jamais voltamos ao estado de simbiose da primeira infância. Mesmo assim, construímos relações de afeto e vivemos em sociedade. O par dissimetria e reciprocidade é constantemente colocado à prova.

Somos, afinal, iguais perante a lei e partilhamos uma cultura, um espaço, valores e relações. O quão desconhecido é o outro se temos tanto em comum? Ricoeur (2004) apresenta esse desconhecido como parte do eu:

Certamente, outrem não permanece como desconhecido para mim, caso contrário eu nem sequer poderia falar sobre ele; ele permanece apenas como “percebido”, não apenas como um outro diferente de mim mesmo, no sentido exclusivo do termo, mas como um outro eu, um *alter ego* (RICOEUR, 2004, p.170).

Como conciliar as nossas diferenças e nossas semelhanças é uma questão que parece inalcançável. Ao mesmo tempo em que reconheço o outro como igual, ele continua um estranho para mim, e por mais íntima que seja a relação, nunca alcançamos uma fusão completa de estados de ser e pensamentos. Entendemos, assim, a importância da aceitação social para uma construção sólida de identidade. A baixa autoestima não é somente uma falta de confiança em si, é principalmente uma fragilidade diante do outro, o outro que, no caso, somos nós mesmos.

Para Ricoeur (2004), a identidade e o reconhecimento são condições um do outro. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer a si mesmo para poder reconhecer o outro e enfim criar uma possibilidade de reconhecimento mútuo. Para o autor, a luta pelo reconhecimento, que está na base das lutas sociais, deveria ser substituída pelo princípio do acolhimento nos diferentes níveis de relação. A palavra luta na expressão *luta pelo reconhecimento* está relacionada à indignação e violência, o que é distante de uma proposta que acolhe, e presume hospitalidade, identificação e solidariedade. Na construção desse argumento, o autor Ricoeur conduz em seu livro *O percurso do reconhecimento*, 2004, uma análise sobre a questão, abordando o reconhecimento em seus diferentes aspectos.

Em uma interlocução com uma série de pensadores, vemos como o tema é complexo e carente de reflexão. A proposta de Axel Honneth (2003), por exemplo, que é discutida e ampliada por Ricoeur (2004), parece interessante na construção dessa ponte do reconhecimento de si para o reconhecimento social. Relacionando afeto, direito e solidariedade como formas de reconhecimento, ao mesmo tempo distintas e dependentes entre si, Honneth (2003) sugere que é preciso reconhecer-se para conhecer, é uma ida de encontro ao outro.

No caso da nossa personagem diferente, esse argumento é especialmente interessante, pois propõe justamente o percurso proposto pela narrativa de aceitação, pelo qual a personagem passa. A falta de reconhecimento está diretamente relacionada a uma busca por identidade. Podemos observar que as histórias onde encontramos essa personagem possuem muitos pontos em comum. A personagem só alcança alguma forma de plenitude, quando é reconhecida, e como tal, encontra uma identidade como parte do mundo ou da sociedade.

Segundo Honneth (2003), a identidade é formada em um primeiro momento através da afetividade. A relação primeira de mãe e filho na infância é essencial. Primeiro há a fusão, a simbiose, onde não se distinguem mãe e filho, etapa que é seguida da desadaptação, momento de crise e afastamento, para finalmente chegar ao reconhecimento do outro, como um outro ser diferente de si.

Somente com o desenvolvimento intelectual e ampliação de seus reflexos a criança é capaz de se reconhecer como sujeito diferente da mãe, diferenciando o ambiente do seu próprio ego. Esse processo de desadaptação, no entanto, não se dá pacificamente. Se essa delimitação é bem-sucedida, será mais provável que nos

tornemos capazes de equilibrar a simbiose e a autoafirmação de forma saudável em outras relações de afeto (HONNETH, 2003).

Dessa forma, o momento-chave do reconhecimento de si e do outro é aquele onde se pode estar só e ao mesmo tempo fundido, é uma relação de confiança no afeto que leva ao autoconhecimento. A confiança é a relação fundamental para que isso ocorra.

Ampliando o círculo de reconhecimento para a esfera pública, a relação de confiança dá lugar a uma relação de respeito, que independe da proximidade afetiva e pressupõe uma universalidade. Encontramos a noção de todos como iguais e livres perante a lei. Posso me considerar portador de direitos, quando, por outro lado, enxergo o direito do outro, me constituindo assim como membro de uma coletividade (HONNETH, 2003).

Tal reciprocidade nem sempre existiu, é uma invenção moderna. Dessa maneira, o valor do indivíduo não passa, aqui, por sua função ou prestígio na sociedade e sim por uma igualdade universal. No entanto, cruzamos com o problema de que, na realidade, não somos todos iguais.

Uma característica cruel do reconhecimento no plano jurídico é que damos garantias civis e políticas, mas não sociais, de uma distribuição de bens também baseada no princípio da igualdade. A ausência de reconhecimento aqui seria representada pelo sentimento de alienação, exclusão etc. São justos esses sentimentos que impulsionam os conflitos, a perda de respeito da pessoa por ela mesma ou a indignação, o que pode levá-la à luta pelo reconhecimento pleno dos direitos no nível jurídico e participação política nos processos de decisão, de voto etc.

Seguida do reconhecimento através do afeto e da justiça, a estima social é o espaço no qual o reconhecimento mútuo se dá de forma mais ampla, sem a imposição institucional do direito, e onde entram em jogo os valores sociais e as identidades coletivas, antes guardadas sob o guarda-chuva jurídico da igualdade.

A solidariedade é gerada por um horizonte subjetivo de valores em comum, como, por exemplo, as relações construídas pela luta política, em torno de uma ideologia (HONNETH, 2003). Esse reconhecimento social tem como base uma autoestima necessária para a partilha desses valores. Ou seja, o autorreconhecimento é fundamental para um reconhecimento social. Essa construção interna, que parte desse substrato afetivo, é condição para nossas relações sociais externas. Uma continuidade do dentro e fora torna possível o

reconhecimento. Mas se no nível individual não existir espaço para a diferença, como construir uma sociedade igualitária?

Talvez nossa personagem, que é a representação da diferença e da exclusão na literatura infantil, seja um reflexo dessa constante busca pela igualdade. Precisamos, em um aparente paradoxo, que a diferença encontre seu espaço para que tenhamos uma igualdade social, ou melhor, um “reconhecimento” social. Pois, inevitavelmente, a identidade individual, que se identifica com determinados valores, é confrontada com formas de organização social classificatórias. Deste modo:

O exame do conceito de estima social depende de uma tipologia das mediações que contribuem para a formação do horizonte de valores compartilhados, e a própria noção de estima varia de acordo com o tipo de mediação que torna a pessoa “estimável” [...]. Disso resulta que a estima social não escapa das condições interpretativas solidárias do caráter simbólico das mediações sociais (RICOEUR, 2004, p.216).

Para além dos níveis propostos por Honneth (2003), o reconhecimento de si estaria diretamente relacionado às nossas capacidades e ações. Ricoeur (2004) propõe uma fenomenologia do homem capaz, centrada no “eu posso”. O homem é um sujeito de ação que interfere ativamente no mundo, nos outros e na própria história. É um homem que pode dizer, fazer e narrar-se.

Reconhecemos, assim, o sujeito no lugar da fala, fala esta que está na base da ação, afinal, “falar é fazer coisas com as palavras” (RICOEUR, 2004, p.110). O homem capaz de fazer reconhece a sua ação no mundo, ele pode mudar seu ambiente, ser a causa de acontecimentos em sua realidade.

Mas talvez a capacidade discutida por Ricoeur (2004, p.115) mais interessante para o estudo aqui proposto seja o “poder narrar-se”, pois se relaciona diretamente com a ideia de identidade no reconhecimento próprio. É nesse nível que o sujeito que pode dizer, ou melhor, se expressar em linguagem, dá sentido às ações que pode fazer, apropriando-se pessoalmente dessas ações.

Se vivemos na linguagem, poder narrar-se faz parte do reconhecimento de si e de uma identidade narrativa que se modifica no discurso. O sujeito é capaz de se imaginar em personagens e narrativas, criando relações de identificação e até rejeição com esses modelos de intrigas ficcionais. “Aprender a narrar-se poderia

ser o benefício dessa apropriação crítica. Aprender a narrar-se é também aprender a narrar a si mesmo de outro modo” (RICOEUR, 2004, p.115).

Narrar-se de outro modo é uma forma de se colocar no mundo de outra maneira. Em muitas de nossas histórias, uma vez que se encontra uma nova maneira de se dizer, o conflito se dissolve. Ou seja, a mudança não é física, a personagem não se torna outra; ela, na maioria dos casos, encontra uma forma de se dizer de outra maneira. O patinho feio, por exemplo, nunca deixou de ser cisne, mas quando se diz desta forma, ele passa a ser reconhecido, inclusive por si mesmo, de maneira diferente.

Além disso, projetar-se em uma narrativa é uma forma de identificação pessoal, e de vislumbrar soluções para conflitos internos sem confrontá-los diretamente. A literatura e a fantasia são ferramentas preciosas para lançar novos olhares sobre o mundo. A imaginação é um lugar sem os entraves da vida real, onde podemos ser o que quisermos, e é justo ali na dimensão imaginária que o eu é construído.

Em uma fase de formação como a infância, como poderemos nos aprofundar mais adiante, no capítulo quatro, a construção narrativa é uma forma de exteriorização em termos de linguagem de um processo interno, e até mesmo inconsciente.

Fazendo um paralelo com a análise psicanalítica que Bruno Bettelheim (2007) dos contos de fada, as histórias ajudam o próprio amadurecimento, e “auxiliam as crianças em sua mais difícil e no entanto mais importante e satisfatória tarefa: obter uma consciência mais madura para civilizar as pressões caóticas de seu inconsciente” (BETTELHEIM, 2007, p.33).

Mas se nos contos, os finais felizes estão sempre associados ao encontro de um grupo, ou inclusão plena, a busca na vida real parece de fato interminável. Somos ansiosos por reconhecimento em todos os planos. Afinal, em qual momento do percurso o sujeito se sentiria plenamente reconhecido? Pois, como mostra Ricoeur (2004, p.231), “a exigência de reconhecimento afetivo, jurídico e social por seu estilo militante e conflituoso, não se resolve em uma exigência indefinida, figura de um mau infinito?”.

Relacionando gratidão e o ato de dar, receber e retribuir, o autor propõe uma forma pacificada dessa luta pelo reconhecimento. O interesse do dar seria a própria vontade de estar no centro do ser do outro, e em um segundo momento,

permitir que o outro esteja no seu centro (RICOEUR, 2004). Não se pode quebrar uma relação na qual o outro está se dando, não aceitar um dom é de alguma forma não permitir a entrada do outro. Quando você recebe algo, entra em uma dinâmica de gratidão mútua que não existe nas relações mercantis, seria o próprio “sem preço”, algo que não se pode avaliar em moeda, ou pela lógica do comércio. Essa dinâmica de troca de dons coloca o reconhecimento como uma categoria ao mesmo tempo conquistada e a conquistar, onde o reconhecimento não está motivado por nenhum outro interesse que não a própria relação. De forma que, apesar de toda a questão que envolve o reconhecimento e sua conquista, Ricoeur (2004) conclui positivamente:

A luta pelo reconhecimento talvez seja interminável: ao menos as experiências de reconhecimento efetivo na troca dos dons, principalmente em sua fase festiva, conferem à luta pelo reconhecimento a garantia de que a motivação que a distingue do apetite pelo poder, e que a coloca ao abrigo da fascinação pela violência, não era nem ilusória nem vã (RICOEUR, 2004, p.258).

2.2. Estigma e identidade social

Levantadas as questões e pontos de conflito entre a construção da identidade e a vida em sociedade, podemos destacar da discussão anterior o problema da não inclusão, seja de um grupo, seja de um indivíduo. Aquele que foge à imposta *normalidade* social e sofre as consequências do não reconhecimento. Essa é a questão central da nossa personagem diferente. Por alguma razão ela não possui um grupo social, ou não é incluída na sociedade, e sofre com a solidão do excluído até encontrar seu lugar ou seus semelhantes, ou enfim, a sua diferença ser aceita como tal.

Se nas histórias infantis essa diferença é muitas vezes abstrata, sem relação direta com o real, sendo sua conclusão sempre um pertencimento de alguma ordem, a realidade de pessoas que sofrem carregando um estigma é muitas vezes cruel e sem final feliz. Não são casos isolados os que pensam em suicídio, ou mesmo chegam às vias de fato, seja por não aceitarem sua condição, seja por não serem aceitos pelos outros. Toda a atual discussão em torno do *bullying* nas

escolas se depara com histórias impressionantes desse gênero, e por mais atual que seja a discussão, o assunto não poderia ser mais universal.

Erving Goffman em *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, 1975, propõe a definição de estigma como um tipo de relação entre os atributos que alguém apresenta e os estereótipos que temos como categorias sociais (GOFFMAN, 1975, p.13). Estamos constantemente classificando as pessoas e encaixando-as em determinados parâmetros, é o que define um estereótipo, mas só percebemos isso, de fato, quando surge uma diferença, algo que não conseguimos classificar.

A partir dessa classificação que fazemos instantaneamente, criamos expectativas sobre o comportamento do outro e quando algum atributo dito *indesejável* é identificado, este outro é desacreditado, ou diminuído do que ele poderia ser a princípio. Tal atributo de descrédito seria, justamente, o estigma, e a consequência é a pessoa tornar-se estigmatizada por aquele meio.

Enquanto o estranho está a nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram em uma categoria que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...] Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando seu efeito de descrédito é muito grande [...] e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 1975, p.12).

Sendo um elemento diretamente relacionado à identidade, o estigma é também relacional, logo “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem” (GOFFMAN, 1975, p.13). O que a princípio vai depender dos valores e expectativas de determinado meio social, apesar de podermos citar estigmas que geram descrédito, ou estranhamento, em quase toda a sociedade.

Assim, por exemplo, alguém com formação universitária em um cargo que exija uma educação básica pode ser considerado um fracassado, do mesmo modo que alguém em um cargo de chefia pode ser levado a esconder uma formação menor, não compatível com a posição. O atributo e o estereótipo entram em choque nessas situações. Porém, uma pessoa sem nariz, talvez cause

estranhamento em praticamente qualquer meio que se encontre, inclusive na própria família.

Goffman (1975) levanta três tipos de estigmas característicos: as abominações do corpo, deformidades físicas; as “culpas de caráter individual”, definidas como distúrbios de comportamento considerados “não naturais”, ou fora do padrão, tais como: vício, distúrbio mental, homossexualismo; e finalmente os estigmas tribais de raça, nação e religião. Podemos observar, através dos mesmos exemplos, que o que é considerado natural, ou “não natural” é paradoxalmente uma construção cultural e, portanto, varia no tempo e no espaço.

É importante observar também que a pessoa que possui um estigma, especialmente do tipo que é mais universalmente caracterizado como tal, tem em si as mesmas noções do que é normalidade. Então, apesar de sua característica relacional, existe um descrédito que além de social é também pessoal. Na sua intimidade, diante do espelho, o estigmatizado se coloca em relação a todas as noções de normalidade para sua idade, sexo e posição social etc., podendo se considerar inferior. Trata-se de uma autodepreciação que desencadeia uma série de reações, desde raiva de si, por não ocupar o lugar que deveria, até a vitimização. Tais sentimentos influenciam todo tipo de contato social e tentativas de inclusão. O estigma, o esforço para escondê-lo ou consertá-lo, ou mesmo o oposto, seu uso para conseguir determinada facilidade, fixam-se como parte da identidade pessoal (GOFFMAN, 1975, p.76).

As dificuldades são muitas nesse percurso. Aquele que possui a característica mais universalmente desacreditada jamais poderá chegar a uma aceitação plena, tanto de sua parte como dos outros. Trataremos aqui principalmente desse caso mais extremo, pois apesar de existirem muitas nuances de exclusão, podemos geralmente relacioná-las em algum grau a essa situação de exclusão mais generalizada.

Nas interações sociais esse estigmatizado costuma ser reduzido ao seu atributo *indesejável*, e temos dificuldade, pelo menos em um primeiro momento, de enxergar qualquer outro atributo que a pessoa possa apresentar, seja ele bom ou mal. Assim, podemos nos surpreender falando alto com um deficiente visual, ou atribuindo uma boa índole a um cadeirante, quando na verdade tais atributos nada têm a ver com suas deficiências ou dificuldades físicas.

A questão da autoimagem, e sua relação com o outro, é claramente colocada em destaque nos momentos de interação entre os estigmatizados e os *normais*. Aquele que sofre um estigma aparente é ciente que a primeira atenção de um desconhecido se volta para sua *deficiência* e que isso forma automaticamente uma imagem, ou uma identidade para ele.

Reconhecer um estigma em uma interação se torna às vezes tão constrangedor quanto não reconhecê-lo. Não é possível ignorar uma dificuldade visual, quando andamos com um cego na rua, por exemplo, mas ao mesmo tempo não se pode tratá-lo como alguém com dificuldade de locomoção. Chegar a esse equilíbrio na relação pode muitas vezes ser um ponto delicado para alguém que nunca teve contato com deficientes visuais, por exemplo.

O excesso de cuidado, ou tato com um estigmatizado, na tentativa de minimizar sua dificuldade, ou diferença, pode ser tão ofensivo quanto apontá-lo como diferente ou anormal. Tais situações constrangedoras podem levar o estigmatizado a manipular e controlar o tipo de informação que passa para os outros, sempre que possível, minimizando ou escondendo seu estigma. Essa tentativa de estabelecer relações com base na normalidade é geralmente um objetivo comum.

Na literatura infantil, no entanto, esse constrangimento dificilmente é representado, e a separação do estigmatizado é, em geral, bem delimitada e explícita. O objetivo dos contos é, em muitos sentidos, conciliar opostos, e por isso o espaço para ambiguidades é menor. O *viveram felizes para sempre* é prerrogativa básica dos contos de fada como restauração de uma normalidade, o que traz grande conforto para uma criança “uma existência feliz, embora comum é projetada pelos contos de fada como o resultado das provações e tribulações envolvidas nos processos normais de crescimento”(BETTELHEIM, 2010,p.57).

Assim, tanto na ficção como na vida real, os que conseguem *superar* tal estigma, ou seja, alcançar um mérito social *apesar dele*, são geralmente vistos como exemplos e heróis. Trata-se de meios de superação e de colocar o estigma em outro ponto de vista, obtendo uma visibilidade social diferente. As paralimpíadas são recheadas de histórias do gênero, de pessoas que sem aquela deficiência talvez não tivessem necessidade de provar uma capacidade atlética, encontrando na dificuldade a força de vontade para forçar seus limites.

O estigma, portanto, não é senão uma das formas que desencadeia um não reconhecimento social. O estigmatizado é aquele que, estando à margem da sociedade, experimenta não só essa exclusão, como também o sentimento de inferioridade e a baixa autoestima que ele acarreta. Superar um estigma é encontrar uma nova identidade pessoal e social, tal qual nossa personagem diferente que, depois de uma série de negativas, encontra, finalmente, um espaço de inclusão e aceitação.

Goffman (1975) levanta, ainda, a possibilidade de que quanto mais familiar se torna um estigma melhor lidamos com ele, e a discriminação diminui conforme nos habituamos a lidar com determinadas diferenças. Ao mesmo tempo, aponta para comunidades que convivem com minorias discriminadas, e que mantêm seus preconceitos igualmente. Assim, “a despeito dessas provas de crenças diárias sobre o estigma e a familiaridade, deve-se continuar a ver que a familiaridade não reduz necessariamente o menosprezo” (GOFFMAN, 1975, p.63).

Talvez a familiaridade com certos estigmas precise ocupar lugar em mais meios de representação de identidade, como a mídia, os meios de comunicação, ou mesmo a realidade material. Se todos estabelecimentos tivessem acessibilidade universal talvez nos encontrássemos com mais facilidade e frequência com pessoas que possuem certos tipos de limitação, por exemplo, esse estranhamento diminuiria.

Outro fato curioso é que, corrigida a característica estigmatizante, muitas vezes o indivíduo percebe que, apesar de todas as suas dificuldades anteriores, a vida de alguém que não precisa lidar com um estigma pode ser tão complicada quanto a dele. A inclusão social não depende apenas da aceitação da diferença, mas de uma série de outros fatores. Sem diminuir a dificuldade daquele que sofre com a marginalização por causa de algum estigma, cabe lembrar que todos nós, em algum momento, tivemos de lidar com uma situação onde nos sentimos inadequados. A sensação de não pertencimento é algo com que todos podemos nos identificar. Dificilmente não fomos rotulados, pelo menos uma vez, de forma indesejável para determinado meio ou situação.

Pensar sobre os casos extremos de exclusão e a solidão que ela acarreta é uma forma de observar o quanto somos dependentes de aceitação social, e como o reconhecimento de si no final é um reconhecimento do outro.

2.3. Igualdade e multiculturalismo

Tendo aprofundado a formação da identidade como determinante para o reconhecimento social e levantado a questão do estigma como fator de exclusão, podemos, agora, problematizar a diferença em um contexto contemporâneo, evidenciando sua fragilidade e sua relação com o poder.

Como vimos em relação às esferas de reconhecimento, a afirmação da identidade ocorre em diferentes níveis, desde o mais pessoal e subjetivo até o mais global, quando pensamos, por exemplo, nas identidades nacionais. Construimos nossa identidade em todas essas esferas que, em última instância, se influenciam mutuamente. A identidade é uma questão política e econômica, a forma como a encaramos indica relações de poder e modos de viver em sociedade.

Mudanças sociais e históricas, por exemplo, afetam tanto a ideia de identidade quanto como são formadas essas identificações entre pessoas e grupos. O respeito à diversidade e tolerância, que parecem questões básicas, têm sido tema de debates constantes em um mundo cada vez mais multicultural:

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade (WOODWARD, p.18/19).

Essa normatização é muitas vezes legitimada pela mídia, constando em diversos aspectos culturais e de consumo. Uma criança negra, que se identifica com a boneca loira de olhos azuis, que ela cuida, por exemplo, não estaria necessariamente valorizando suas próprias características e poderá crescer com um estigma em relação à própria imagem.

As representações de identidade, os estereótipos, os preconceitos a que somos apresentados quando crianças são elementos decisivos na construção de nossa própria identidade e interferem em nossa autoestima enquanto adultos e cidadãos. Ricouer (2004) aponta que:

[...] os danos em questão atingem a imagem que têm de si mesmos os membros dos grupos lesados, imagem que eles percebem como depreciativa, desdenhosa, até mesmo aviltante. A gravidade da falta de reconhecimento de que os membros desses grupos se sentem vítimas provém da interiorização dessa imagem sob a forma de autodepreciação (RICOEUR, 2004, p.228).

A difusão massiva dos meios de comunicação, a conectividade, as multinacionais ou, talvez melhor falando, a tão aclamada globalização, teve seu impacto na construção das identidades contemporâneas. Escutamos as mesmas músicas, usamos as mesmas roupas e até comemos a mesma comida, mas teríamos realmente uma mesma cultura? A cultura não se resume ao consumo, ela envolve um conjunto de valores e costumes que vão além dos bens de consumo partilhados.

Certamente é mais fácil se identificar com o estrangeiro, partindo do princípio que temos referências em comum, mas o outro continua sendo um estranho, e muitas identidades têm emergido, ou se fortalecido, justamente nesse processo de se diferenciar desse outro que agora é um vizinho inevitável.

Woodward (SILVA, 2000) se pergunta se não estaríamos vivendo, então, uma crise de identidade. Ela aponta que os conflitos sociais de hoje provêm muito mais de uma aspiração por identidade, reconhecida de minorias, seja baseada em gênero, etnia ou sexualidade, que realmente de uma luta de classes, por exemplo. Basta lembrar que em dado momento dizer-se comunista ou socialista era mais relevante como identidade do que a própria nacionalidade, ou o gênero etc. Podemos até arriscar dizer que a luta por ideologias políticas hoje dá lugar a uma luta pelo reconhecimento de identidades.

Pode-se concluir então que a identidade, mesmo em seu âmbito mais global, como a nacionalidade, é uma formação cultural, e como tal subordinada a um momento histórico e social específico. A ideia de que existiria uma identidade essencial e fixa é, portanto, questionável. Mas não deixamos de ver quem queira levantar tal bandeira, afinal é interessante para esses movimentos de afirmação que a identificação seja clara e imutável. É uma postura política: não há como lutar por algo que é fluido e pouco preciso.

É verdade, nascemos com determinado gênero e cor determinados, podemos nos perceber em uma linhagem e até ter uma ideia de um passado anterior que nos coloca em um momento histórico específico. Em contraponto, o

que cada um desses aspectos pode significar é relativo, apesar de não termos o poder de mudar o que passou, porque, por exemplo, o passado não é uma categoria estática. Problemas criados por identidades baseadas em fatores biológicos já foram constatados, a ambiguidade de uma ideia como a de raça é clara, principalmente em um país como o Brasil. E se pensarmos o que quer dizer ser homem ou ser mulher, hoje em dia, veremos que existem muitas nuances no papel de cada um, mesmo sem levar em consideração a fragmentação da sexualidade, fator também claro para a flexibilização da identidade, conforme Woodward (SILVA, 2000).

Se a identidade nunca foi de fato algo fixo e imutável, as novas relações e modelos que surgem no século XX só comprovam sua fluidez e fragmentação. Exercemos diversos papéis, temos uma diversidade muito maior de lugares sociais possíveis de ocupar, mas estamos diante de uma multiplicidade, no entanto, que se choca em alguns pontos justamente com os sistemas classificatórios que produzem essas representações de identidade. As identidades são relacionais, a diferença é condição para que se afirmem, os sistemas simbólicos e de representação são necessariamente excludentes, afirmam algo, negando aquilo que a eles não pertence, segundo Woodward (SILVA, 2000).

A questão é que certos sistemas classificatórios não abarcam essa multiplicidade, onde símbolos aparentemente contraditórios se sobrepõem. As identidades que assumimos, de forma plástica no mundo moderno, muitas vezes precisam quebrar certos pressupostos, como no próprio exemplo citado pela autora (p.32) acerca de uma mãe que, ao se identificar como homossexual, está de alguma maneira subvertendo um paradigma.

Outro ponto importante: a relação de poder presente na construção das identidades existe na própria linguagem. Denominar, classificar, identificar são maneiras de colocar o mundo dentro de certa perspectiva, dentro de um ponto de vista do “eu” em contraposição ao “outro”. Aquele que detém maior poder em uma sociedade vai construir sua visão de mundo, suas representações, a partir do seu ângulo.

Quando uma identidade é caracterizada, representada como norma em uma cultura, todas as demais identidades, ou diferenças, são hierarquizadas de acordo com ela. Ela se torna o parâmetro para julgar a normalidade, um padrão a ser

seguido para ampla aceitação. Aqueles que não se adequarem assumirão posições de menor valor social. Assim,

Os danos em questão atingem a imagem que têm de si mesmos os membros dos grupos lesados, imagem que eles percebem como depreciativa, desdenhosa, até mesmo aviltante. A gravidade da falta de reconhecimento de que os membros desses grupos se sentem vítimas provém da interiorização dessa imagem sob a forma de autodepreciação (RICOEUR, 2004, p.228).

A afirmação de identidade das chamadas minorias é assim, uma luta contra a marginalização, uma questão social que vem determinando inclusive políticas públicas de reconhecimento. Superar a normatização e poder exercer plenamente o princípio da igualdade, no qual se baseia a democracia, é um processo talvez insuperável, e a discussão em torno do conceito de “multiculturalismo” propõe novos olhares sobre esse impasse.

O multiculturalismo presume que coexistem várias culturas dentro de um mesmo quadro institucional, propondo uma política de inclusão, tolerância, respeito e igualdade. Como lidar com as várias identidades em conflito, como proceder uma política de inclusão através da educação e de outras políticas públicas?

O princípio da igualdade universal, citado anteriormente, está conosco desde o Iluminismo, na própria base das sociedades que hoje, ou desde sempre, estão discutindo o reconhecimento e assistindo à luta de suas minorias. Uma crítica a esse pensamento é que ele mesmo seria excludente, fruto de uma filosofia e um sistema de representação criado pelo homem branco e europeu, baseado na razão como critério unificador do homem (RICOEUR, 2004).

Diante desse argumento, poderíamos perguntar: não seria a própria diferença entre as identidades dessas minorias o que está em questão, sendo o reconhecimento, e não a anulação desses contrastes, o que está sendo requisitado? Tentativas de redução da diferença social, como o caso das cotas para minorias nas universidades, são legítimas em sua corrida contra a chamada “dívida histórica”, mas uma vez que se configura como uma prática corrente, corre o risco de se tornar um caso de discriminação invertida.

A proposta levantada por Ricoeur (2004), partindo de uma relação de pensadores citados pelo autor, é de um reconhecimento da diferença, e não da igualdade dessas identidades.

[...] no caso da política da diferença, é do fundo cultural diferenciado que provém a exigência de reconhecimento universal, a afirmação de um pretensão potencial humano universal sendo ela própria considerada a simples expressão de uma cultura hegemônica (RICOEUR, 2004, p.229).

Uma vez que a identidade é um produto cultural, resultado de uma associação de sentidos e representações, envolvendo relações de poder, não podemos tratá-la como contingente. A identidade nasce da diferença e vai resistir qualquer tentativa de nivelamento.

Os processos de categorização, mencionados anteriormente, não dão conta da multiplicidade de identidades possíveis e móveis que emergem da sociedade contemporânea. Fragmentação dos papéis sociais, hibridização cultural, entre outros processos de identificação e representação, impedem a fixação de uma identidade única.

A questão da identidade e da diferença deve ser problematizada dentro de seu contexto atual e múltiplo, sendo, provavelmente, a chave para o entendimento de diversos conflitos, que vivemos tanto globalmente como individualmente. Reconhecer a diferença, tanto de minorias quanto individuais, são caminhos para considerar um novo modo de se relacionar e viver em sociedade.

Percebemos assim a importância e a dimensão que o reconhecimento e a inclusão têm em diferentes níveis. Para além do fórum político e da educação, vemos que a narrativa e a imaginação são instrumentos extremamente poderosos para a discussão dessas questões tão complexas que nos afetam tão profundamente. É interessante pensar em como essas narrativas estão interligadas por essas questões universais, e como a cultura se alimenta disso.

Sem dúvida, todos somos o *patinho feio* e podemos nos identificar com as diferentes narrativas que se encarregam do tema. No capítulo seguinte, poderemos nos aprofundar no nosso objeto em si: o livro infantil. Suas relações, repetições e estruturas, e como a imagem, parte definitiva da linguagem do livro infantil, contribui para a construção dessa narrativa. Em seguida, então, poderemos identificar como essa discussão da diferença, que vimos neste capítulo, foi travada no âmbito da literatura infantil.